



Boletim SINDUNESPAR

SINDUNESPAR
Seção Sindical dos Docentes da
Universidade Estadual do Paraná

INFORMATIVO nº. 3
DEZEMBRO DE 2016

EDITORIAL

A educação brasileira passa por um momento conturbado. Após quase um mês de greve dos professores da UNESPAR, antes do prazo previsto, o governo apresentou o texto final da lei, que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná pela maioria dos deputados, sem a correção salarial do funcionalismo público prevista em lei. Soma-se a esse ataque aos professores, a precarização sofrida pela UNESPAR devido à falta de verba mínima necessária para continuar em atividade. Há o agravante do conflito gerado pela Medida Provisória que altera o Ensino Médio e a PEC 55, que limita os investimentos em áreas como saúde e educação. Tais políticas de austeridade têm provocado as ocupações das escolas e de algumas universidades por estudantes de todo o país. O cenário é ainda mais conturbado, pois é composto pela descabida Lei da mordaza, que impede a liberdade de pensamento e a diversidade religiosa e de gênero nas escolas.

Nesta edição você encontrará uma síntese a respeito do calote da data-base, um breve relato sobre o primeiro dia de votação da PEC 55 no Senado e uma análise elaborada pelo economista João Sicsu sobre as perdas na saúde e na educação com a implantação da regra Temer.

Diretoria da SINDUNESPAR

PEC 55 retira bilhões da saúde e da educação

Michel Temer e Henrique Meirelles objetivam estabelecer um limite máximo para os gastos primários do governo federal. Querem escrever na Constituição a seguinte regra: o governo federal poderá aumentar os seus gastos primários no máximo de acordo com a inflação do ano anterior.

Cabe uma simulação do que teria ocorrido nos últimos dez anos, nas áreas da saúde e da educação, se a regra Temer-Meirrelles fosse aplicada. Em 2006, o governo Lula investiu em saúde o montante de R\$ 40,6 bi e, em 2015, o governo Dilma alcançou o valor de R\$ 102,1 bi. Se fosse adotada a regra antissocial Temer-Meirrelles, o orçamento da saúde teria sido, em 2015, R\$ 65,2 bi, ou seja, um orçamento 36% menor. Na educação, o orçamento de 2015 foi de R\$ 103,8. Na regra antissocial, teria sido de apenas R\$ 31,5 bi – um orçamento 70% menor. Além disso, ano a ano, o gasto nessas áreas teria sido muito menor se tivesse em curso a regra antissocial da dupla Temer-Meirrelles. Em termos nominais, a perda na área da saúde de 2006 a 2015 teria sido de R\$ 178,8 bi e, na educação, R\$ 321,3 bi. O que eles querem, na verdade, é o fim do Estado brasileiro investindo nos direitos sociais.



UNESPAR em Brasília luta contra a PEC 55, 29 nov. 2016.

Simulação indica perdas na educação e na saúde

> Saúde

Simulação feita por João Sicsú

	Governo Lula e Dilma (R\$ bi)	Regra Temer-Meirrelles (R\$ bi)	Diferença (R\$ bi)
2006	40,6	40,6	0
2007	45,7	42,0	3,7
2008	50,1	43,8	6,3
2009	58,1	46,4	11,7
2010	61,9	48,4	13,5
2011	72,2	51,3	20,9
2012	80,0	54,6	25,4
2013	85,3	57,8	27,5
2014	94,1	61,2	32,9
2015	102,1	65,2	36,9

> Educação

Simulação feita por João Sicsú

	Governo Lula e Dilma (R\$ bi)	Regra Temer-Meirrelles (R\$ bi)	Diferença (R\$ bi)
2006	19,7	19,7	0
2007	24,4	20,3	4,1
2008	28,3	21,2	7,1
2009	36,7	22,5	14,2
2010	48,5	23,4	25,1
2011	58,5	24,8	33,7
2012	72,6	26,4	46,2
2013	82,3	28,0	54,3
2014	93,9	29,6	64,3
2015	103,8	31,5	72,3

João Sicsú é professor do Instituto de Economia da UFRJ. Foi diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos do IPEA (2007 e 2011).

Contribuição sindical

File-se à SINDUNESPAR

Agradecemos a todos os sindicalizados que contribuem com a luta! Desde novembro deste ano a contribuição mensal da SINDUNESPAR começou a ser recebida. Esse investimento é fundamental para ajudar na manutenção do Sindicato, financiando a organização das greves, das mobilizações, das caravanas, dos atos públicos.

Para se filiar, preencha a ficha de filiação no site da SINDUNESPAR <<http://sindunespar.org.br/file-se/>>, depois envie a ficha digitalizada para o endereço de e-mail sindunespar@sindunespar.org.br

SUSPENSÃO DA REPOSIÇÃO SALARIAL

A mensagem de lei enviada à ALEP pelo Governador Beto Richa fez uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para 2017. Nela, a reposição prevista para 2017 não será paga “enquanto não forem implantadas e pagas todas as promoções e progressões devidas aos servidores e militares”. Essas progressões correspondem a cerca de 1,4 bilhão de reais que o Governo deve ao funcionalismo (com exceção das universidades e aposentados). Desse montante, cerca de 75% é relativo aos funcionários da educação básica.

Na prática, o que o executivo está dizendo é que não se cumprirá uma lei votada e aprovada pelos deputados estaduais, o que viola um direito adquirido. Iremos perder a revisão anual dos nossos salários com base no IPCA de 2016 (medido de janeiro a dezembro de 2016) e também o direito ao 1% que recomporia os meses não pagos de 2015 (maio, junho, julho, agosto e setembro). Mas as perdas podem ser ainda maiores. Uma das justificativas apresentadas pelo governo é a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PL 257. Essa PL visa limitar os gastos dos Estados como uma contrapartida da renegociação das suas dívidas com a União. A PL inviabilizará gastos dos Estados com reajustes pelos próximos dois anos, tempo em que estes governantes (e os deputados federais e estaduais) estarão no poder.

Pela garantia da correção salarial, os *campi* da UNESPAR de Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória estiveram em greve em 2016. O anúncio da suspensão do pagamento da correção salarial do funcionalismo público em 2017 também provocou a greve de outras categorias profissionais do serviço público do Estado, como a dos agentes universitários, dos professores do ensino médio e fundamental, dos profissionais da saúde, agentes penitenciários, entre outros.

Mesmo com a greve, a emenda foi votada na ALEP nos dias 22 e 24 de novembro de 2016. No dia 22 de novembro, após liminar da justiça que suspendeu momentaneamente a votação, ela foi retomada na calada da noite. Um dos deputados da base de oposição discursou na ocasião afirmando: “Eles conseguiram uma liminar, vão votar hoje, 33 votos a favor do calote, tenho certeza! Subterfúgios, manobras regimentais para conseguir uma suspensão de liminar, isto faz parte... da guerra que enfrentamos diariamente como oposição. Estamos contra essa manobra ilegal de dar o calote numa lei que eles mesmos sancionaram.” Lembremos que a proposta de correção foi construída pela base governista como compromisso firmado para encerrar a segunda greve de 2015. Lembramos ainda que enquanto os deputados governistas votaram leis prejudicando os servidores estaduais, em maio de 2016 votaram pela manutenção da data-base de outros servidores (do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas).

Veja a seguir o acordo firmado em 2015, levando-nos à suspensão da greve:

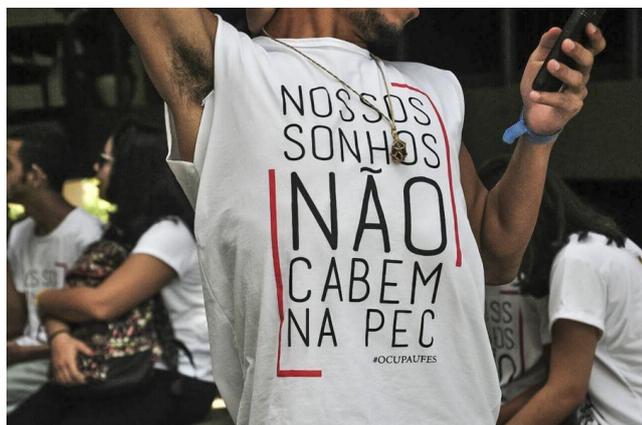
Outubro de 2015	Janeiro de 2016	Janeiro de 2017	Maio de 2017	Maio de 2018
3,45%	Parcela da revisão geral com base no IPCA de 2015	Revisão geral com base no IPCA de 2016, acrescido em 1% para recompor perdas dos meses não pagos de 2015	Pagamento do IPCA de Janeiro, Fevereiro, Maio e Abril	Revisão anual do salário

Apesar da resistência dos servidores, os deputados governistas aprovaram o CALOTE. Outro parlamentar da bancada independente fez previsões pouco antes do final da votação: “Talvez essa reposição inflacionária seja de fato paga algum dia. No momento mais oportuno para favorecer a eleição do governador Beto Richa para senador do Paraná, não por necessidade ou justificativa de dificuldade financeira neste momento, mas por uma manipulação [...]. Lá na frente, quando todo mundo estiver desiludido, vem o governador como salvador da pátria e diz: ‘Nós vivíamos num momento de crise, mas agora eu vou pagar a reposição inflacionária dos servidores’. Assim, pode infelizmente convencer a muitos de que ele não é tão mau quanto parece [...]. É um governo de mentiras, de manipulação e que engana o povo dia após dia.”

A Sindunespar alerta que o destino do orçamento do Estado não é decidido com base num cálculo desinteressado. A opção por investir ou não em algum setor é, no fundo, um cálculo político.

De 2011 a 2015, o estado do Paraná teve um crescimento real de 27,28% de sua receita corrente líquida. Além disso, conseguiu uma economia de 2,4 bilhões de reais graças ao ajuste fiscal feito em cima dos seus servidores (saque previdenciário, não pagamento de progressões e promoções, cobrança em cima de aposentados e pensionistas). Existindo, portanto, os recursos suficientes para o pagamento da reposição salarial de janeiro de 2017 como as previsões indicam que existe, o descumprimento da Lei 18.493/15 é fruto de uma deliberação política do governador e sua equipe. O alegado ônus do descontrole dos gastos públicos e do pagamento das dívidas do Estado com a União continua caindo sobre as costas do funcionalismo. A postura do governo revela o descaso com que trata a educação.

O Estado de exceção, a PEC 55 e a criminalização dos movimentos sociais



O dia 29 de novembro de 2016, ocasião em que a PEC 55 teve seu primeiro turno de votação no Senado, é um marco de violência contra mais de 30.000 pessoas que estavam em Brasília para protestar contra o ataque ao serviço público que esse projeto de emenda representa.

Estudantes de diferentes lugares foram até lá na expectativa de serem ouvidos, de entrar no Senado. Muitas eram mulheres que foram recebidas pela polícia com spray de pimenta no rosto e cassetete no restante do corpo, algumas foram hospitalizadas. A cavalaria e as bombas foram usadas para afastar o povo e dispersar os manifestantes. Segundo os participantes, a criação do movimento se deu naquele momento, ninguém levou bandeiras prontas. Ao contrário, a ação da polícia foi premeditada, ela já estava lá quando os estudantes chegaram, as bombas estavam preparadas e a tocaia estava organizada. Se houve reação do povo, foi em legítima defesa, devido à violência policial. “Para cada lado que olhávamos víamos bombas de efeito moral e gás lacrimogênio. Helicópteros sobrevoavam a Esplanada dos Ministérios e a cavalaria se aproximava de nós, manifestantes. Foi um cenário de guerra. Me perguntaram porque em meio a tudo comecei a chorar. Chorei, pois, lembrei do que a polícia significava para mim. Cresci com a construção social de que a Polícia Militar tinha a função de nos proteger. Porém, a partir daquele momento, percebi que a PM foi utilizada para nos reprimir e garantir a retirada dos nossos direitos.” (J. C. C. S. L., 16 anos, estudante secundarista).

Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora do movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida, que ministrou neste dia uma aula pública em frente ao MEC sobre os impactos da PEC 55, assinalou que a violenta força policial contra os estudantes que se deslocaram de diferentes regiões do país para se manifestar contra a “PEC dos Banqueiros” demonstra que há grandes interesses por trás dos ataques aos direitos sociais, a saber, a destinação de recursos para o sistema financeiro. O relator especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston, enfatizou recentemente que a proposta terá como efeito principal o prejuízo aos mais pobres e o aumento da desigualdade: “Se adotada, essa emenda bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais.” A segunda e última votação da proposta acontece dia 13 de dezembro, data marcada por atos e manifestações nos estados e em Brasília.